

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.^a SL

Aos 12 dias do mês de Setembro de 2012, pelas 10:15 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas legislativas, designadamente:

Proposta de Lei n.º 86/XII/1.^a (ALRAM) - "Institui a proibição genérica de todas as substâncias psicoativas"

Relator - Deputado Hugo Velosa (PSD);

Projeto de Lei n.º 259/XII/1.^a (PCP) - "Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno"

Relator - Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD);

Projeto de Lei n.º 278/XII/1.^a (PS) -

"Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.^a alteração ao Código do Registo Civil"

Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);

3. Distribuição e admissão de petições;
4. Aprovação do Relatório de Atividades da Comissão relativo à 1.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura;
6. Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:

Petição n.º 159/XII/1.^a - "Solicita que a Assembleia da República contemple, na aprovação da Proposta de Lei n.º 77/XII (GOV), que Altera o Código de Processo Penal, a alteração do artigo 342.º do Código de Processo Penal, no sentido da eliminação da obrigação do arguido de resposta à pergunta sobre a existência de processos pendentes"

Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);

Petição n.º 139/XII/1.^a - "Pretende que sejam criadas condições para a concretização do n.º 3 da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto (Regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros) "

Relator - Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD);

Petição n.º 162/XII/1.^a - "Solicitam que a Assembleia da República adopte medidas legislativas tendo em vista a reposição da constitucionalidade, da

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.ª SL

legalidade, da justiça, da igualdade e da conformidade com o direito comunitário da Tabela Emolumentar dos Registos e do Notariado, pondo fim à concorrência desleal do Estado com os particulares (tituladores - advogados, notários e solicitadores) através das Conservatórias"

Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);

7. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente:

COM(2012)286 - "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016"

Relatora - Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);

8. Apreciação e votação das atas n.ºs 83 a 91 (correspondendo às reuniões de 4 a 30 de julho de 2012);

9. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão (PSD), e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas europeias:

| Iniciativa | Deputado(a) Relator(a) |
|--|-----------------------------------|
| Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à luta contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da União através do direito penal [COM(2012)363]. Esta iniciativa tem ainda associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto – 3 partes [SWD(2012)195] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)196]. <i>Obs: Também enviado à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i> | Deputado Jorge Lação (PS) |
| Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e ao licenciamento multiterritorial de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno [COM(2012)372]. Esta iniciativa tem ainda associados dois documentos de trabalho: Avaliação de Impacto [SWD(2012)204] e Resumo da Avaliação de Impacto [SWD(2012)205] | Deputado João Oliveira (PCP) |

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.ª SL

| | |
|---|---|
| <p><i>Obs: Também enviado à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</i></p> | |
| <p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Bulgária no âmbito do mecanismo de cooperação e de verificação [COM(2012)411]. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho [SWD(2012)232].</p> | <p>Deliberado não escrutinar</p> |
| <p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do mecanismo de cooperação e de verificação [COM(2012)410]. Esta iniciativa tem associado um Documento de Trabalho [SWD(2012)231].</p> | <p>Deliberado não escrutinar</p> |
| <p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Eventuais vantagens e desvantagens de uma limitação a duas categorias de armas de fogo (proibidas ou autorizadas), com vista a melhorar o funcionamento do mercado interno relativo aos produtos em causa, através de uma eventual simplificação [COM(2012)415].</p> | <p>Deputado Carlos Peixoto (PSD)</p> |
| <p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre o Desenvolvimento da Rede Europeia das Migrações [COM(2012)427]. Esta iniciativa tem ainda associado um Documento de Trabalho [SWD(2012)240].</p> | <p>Deputado Paula Cardoso (PSD)</p> |
| <p><i>Obs: Também enviado à Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</i></p> | |

Passando ao ponto 3., o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) apresentou o parecer relativo à Proposta de Lei n.º 86/XII.1.ª (ALRAM) - "*Institui a proibição genérica de todas as substâncias psicoativas*", salientando que a iniciativa visa responder a um problema grave que se verifica na Região Autónoma da Madeira, mas não só, e que passa pelo consumo de substâncias que, sendo lícitas, não deixam de ser alucinogénias.

Afirmando ter dúvidas quanto à constitucionalidade da proposta constante da iniciativa legislativa, pelo facto de – criminalizando as substâncias psicoativas que não constem das tabelas anexas à “Lei da Droga” (DL n.º 15/93, de 22 de janeiro) de forma genérica – poder desrespeitar o princípio da tipicidade do Direito Penal, considerou o relator que o debate sobre esta matéria deverá ser lugar na Assembleia da República,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.^a SL

que deverá procurar ultrapassar eventuais problemas técnicos e encontrar uma solução para o problema. Salientou, no final, que a importância desta questão levou o Governo a criar um grupo de trabalho, com representantes dos Ministérios da Justiça e da Saúde, para encontrar soluções.

Sobre o mesmo tema, usou da palavra o Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS), que começou por considerar muito pertinente a Proposta de Lei em apreciação. Reforçando as dúvidas levantadas pelo Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) – considerando que a iniciativa viola o princípio da tipicidade e a Constituição -, salientou que os problemas técnicos deveriam ser ultrapassados, permitindo, assim, resolver a questão de fundo.

Devendo, na sua opinião, a Direção-Geral de Saúde saber já quais substâncias a proibir, propôs que – aproveitando a iniciativa ora em apreço – o Grupo Parlamentar do PSD fizesse os contactos necessários para que se introduzisse a referência a essas substâncias na iniciativa em causa e, finalmente, nas tabelas anexas ao Decreto-Lei n.º 15/93, transformando esta Proposta de Lei numa Lei aplicável pelos tribunais.

Sobre este assunto, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) afirmou que a iniciativa legislativa colocava vários problemas, o principal dos quais é a questão de saúde pública que a iniciativa legislativa procura resolver e para o qual tem, de facto, de ser encontrada uma solução.

Considerou, também, que a questão da constitucionalidade é pertinente, uma vez que não se pode criminalizar o tráfico e consumo de substâncias psicoativas, designadamente porque algumas delas – como os fertilizantes e as bebidas alcoólicas – não podem ser proibidas.

Concluiu, afirmando que se absteria na votação do parecer em discussão, uma vez que não pode concordar com a subida a Plenário de uma iniciativa que é



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.ª SL

manifestamente inconstitucional. Por fim, salientou que a Assembleia da República poderia, porventura, abordar esta questão sem ser através de uma iniciativa legislativa.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) congratulou-se com o facto de PS e PCP estarem de acordo quanto à necessidade de o Parlamento fazer algo a este respeito, considerando interessante a sugestão avançada pelo Senhor Deputado Ricardo Rodrigues (PS). Afirmou, por isso, que faria diligências junto da Direção-Geral de Saúde para ultrapassar os problemas de que a iniciativa poderia padecer e informou a Comissão de que a Comissão de Saúde planeia levar a cabo um debate técnico sobre a matéria.

Usaram ainda da palavra os Senhores Deputados João Lobo (PSD), que salientou a possibilidade de criação de vazios legais constantes decorrentes da necessidade de introdução de novas substâncias nas tabelas anexas à “Lei da Droga”; Isabel Moreira (PS), que afirmou ter dificuldade em votar favoravelmente um parecer que permite a subida a Plenário de uma iniciativa flagrantemente inconstitucional; José Manuel Rodrigues (CDS-PP), que saudou o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) e a iniciativa legislativa em análise, lembrando que o problema em debate é gravíssimo e levou, inclusivamente, a Assembleia da República a aditar duas novas substâncias às já referidas tabelas na presente Legislatura; Jorge Lacão (PS), que, procurando saber se haverá alguma forma mais expedita de aditar substâncias às mencionadas tabelas da “Lei da Droga”, sugeriu que a Comissão realizasse um conjunto de audições a este propósito; Isabel Oneto (PS), que sugeriu o adiamento da votação do parecer para se aguardar a apreciação da iniciativa legislativa pela Comissão de Saúde; e, finalmente, Hugo Velosa (PSD), que lembrou que, em cumprimento do prazo regimental, o parecer deveria ser aprovado nesta reunião.

No final, o Senhor Presidente, lembrando os problemas sensíveis que a iniciativa coloca – tanto na questão de fundo que lhe está subjacente como no que toca ao respeito pelos princípios do Direito – propôs que se solicitasse à Senhora Presidente



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.ª SL

da Assembleia da República a prorrogação, por 30 dias, do prazo para apreciação da iniciativa, o que foi aceite por todos os Grupos Parlamentares.

Ainda no mesmo ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Deputado Paulo Ribeiro (PSD), que apresentou o parecer relativo ao Projeto de Lei n.º 259/XII/1.ª (PCP) - *"Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno"*. Interveio, de seguida, o Senhor Deputado António Filipe (PCP), que, saudando o relator, afirmou esperar que, desta feita, a Assembleia da República possa legislar consensualmente no sentido proposto pela iniciativa.

No final, as partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade.

Usou da palavra, de seguida, a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), que apresentou o parecer do Projeto de Lei n.º 278/XII/1.ª (PS) - *"Consagra a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.ª alteração ao Código do Registo Civil"*, cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade.

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, foi admitida por unanimidade a Petição n.º 164/XII/1.ª, de Joaquim Maria Botelho de Sousa Cymbron, que *"Solicita que a Assembleia da República contemple, na aprovação da Proposta de Lei n.º 77/XII (GOV), que Altera o Código de Processo Penal, a alteração do n.º 1 do artigo 134.º do Código de Processo Penal, relativo à recusa de prestação de depoimento como testemunha."*, da qual foi designada relatora a Senhora Deputada Margarida Almeida (PSD).

Tendo o relatório de atividades da Comissão, relativo à 1.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura, sido aprovado por unanimidade, passou-se em seguida à apreciação do relatório final da Petição n.º 159/XII/1.ª – *"Solicita que a Assembleia da República contemple, na aprovação da Proposta de Lei n.º 77/XII (GOV), que Altera o Código de Processo Penal, a alteração do artigo 342.º do Código de Processo Penal, no sentido*



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.^a SL

da eliminação da obrigação do arguido de resposta à pergunta sobre a existência de processos pendentes.”, apresentada por Joaquim Maria Botelho de Sousa Cymbron, para o que usou da palavra a Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD).

No final, o relatório foi aprovado por unanimidade.

Ainda no mesmo ponto, usou da palavra o Senhor Deputado Paulo Ribeiro (PSD), que apresentou o relatório final da Petição n.º 139/XII/1.^a - *Pretende que sejam criadas condições para a concretização do n.º 3 da Lei n.º 32/2007, de 13 de agosto (Regime jurídico das associações humanitárias de bombeiros)*, da iniciativa de João António Correia Martins, que foi aprovado por unanimidade.

Neste ponto, usou finalmente da palavra a Senhora Deputada Andreia Neto (PSD), que apresentou o relatório final da Petição n.º 162/XII/1.^a - *Solicitam que a Assembleia da República adopte medidas legislativas tendo em vista a reposição da constitucionalidade, da legalidade, da justiça, da igualdade e da conformidade com o direito comunitário da Tabela Emolumentar dos Registos e do Notariado, pondo fim à concorrência desleal do Estado com os particulares (tituladores – advogados, notários e solicitadores) através das Conservatórias*, de que é primeiro subscritor Eduardo Marques Fernandes, que foi aprovado por unanimidade.

Passando ao ponto seguinte da ordem do dia, usou da palavra a Senhora Deputada Paula Cardoso (PSD), que apresentou o parecer relativo à COM(2012)286 - "Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Estratégia da União Europeia para a erradicação do tráfico de seres humanos 2012-2016", que foi aprovado por unanimidade.

Tendo as atas n.ºs 83 a 91 (correspondendo às reuniões de 4 a 30 de julho de 2012), sido aprovadas por unanimidade, usou da palavra o Senhor Deputado João Oliveira (PCP), que aventou a necessidade de se definir uma metodologia para a apreciação

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 92/XII/1.ª SL

das iniciativas relativas ao Código Penal e Código de Processo Penal, designadamente quanto às audições a realizar.

Sobre o mesmo tema, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) afirmou que, tendo sempre presente a necessária brevidade de compleição deste processo legislativo, poderia ser criado um grupo de trabalho que preparasse a votação na especialidade das iniciativas em causa.

Finalmente, o Senhor Presidente solicitou aos Grupos Parlamentares que, até à próxima reunião, fizessem chegar propostas de metodologia para a apreciação destas iniciativas, que seriam debatidas em ponto autónomo a introduzir na respetiva ordem de trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:35 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 Setembro 2012.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(FERNANDO NEGRÃO)

Nota: Aprovada em 03-10-2012



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 92/XII/1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
João Oliveira
Jorge Lacão
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Correia de Jesus
Elza Pais
Margarida Almeida
Nilza de Sena

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: